



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011822-49.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Vera Lucia Mota Fermino**
Requerido: **LIBERTY SEGUROS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que era proprietária de automóvel segurado pela ré, o qual em decorrência de acidente em que se envolveu no dia 15/10/2010 sofreu perda total.

Alegou ainda que como o veículo foi removido para a cidade de São Paulo, ficando na posse e responsabilidade da ré, acreditou que ela faria as comunicações necessárias à autoridade de trânsito competente, mas isso não sucedeu.

Salientou que permaneceu como devedora do IPVA e taxa de licenciamento do automóvel desde então, sendo inclusive protestada a esse título.

Almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

A pretensão deduzida não merece prosperar.

Com efeito, o "termo de acordo" firmado pela autora em 08/11/2010 (fato não negado por ela) deixa evidente que a ré não se tornou responsável pelo automóvel em apreço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ao contrário, restou ajustado entre as partes que a ré faria um pagamento de R\$ 14.300,00 à autora (que se consumou posteriormente – fl. 41) e que ficariam a seu cargo desta os reparos nele pertinentes.

Nota-se, portanto, que em momento algum a ré chamou para si a guarda do bem, eximindo a autora dos deveres inerentes à sua condição de sua proprietária.

Nem se diga que a ré teria à revelia da autora levado o automóvel para a cidade de São Paulo.

Inexiste prova segura a esse respeito e mesmo que assim fosse a circunstância não afastaria a obrigação da autora em concretamente perseguir a devolução do mesmo e, sem prejuízo, responder por todos os débitos oriundos de sua propriedade.

O quadro delineado denota a inexistência de ato ilícito por parte da ré, não fazendo jus a autora às indenizações que postulou.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**